



# Estrutura predicativa e significatividade

## *Predicative structure and meaningfulness*

**Celso Reni Braidá**

Doutor em Filosofia, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC - Brasil, e-mail: celso.braidá@ufsc.br

---

### **Resumo**

O objetivo é apresentar e discutir algumas propostas de explanação da estrutura predicativa por meio da explicitação da estrutura de papéis temáticos a partir de conceitos semânticos primitivos. A sugestão será a de retomar a teoria dos papéis temáticos para justificar a estrutura predicativa, e assim recuperar a noção de conteúdo semântico estruturado, fundamentando-a no plano pragmático. Para isso, será necessário recusar duas suposições gerais comumente aceitas: que a significatividade das expressões linguísticas baseie-se na conceitualização prévia do mundo, e que a única fonte de conteúdo semântico seja a percepção. A ideia alternativa sugerida será conceber os papéis temáticos como funções discursivas primitivas, nas quais reflete-se não uma conceitualização (mental) primitiva do mundo, mas antes a estrutura da situação de interação cooperativa de agentes engajados em atividades comuns.

**Palavras-chave:** Predicação. Frase. Conceitos. Percepção. Ação.

## **Abstract**

*The aim is to present and discuss some proposed explanation of predicative structure by making explicit the structure of thematic roles and primitive semantic concepts. The suggestion will be to retake the theory of thematic roles to justify the predicative structure, and thus recover the notion of structured semantic content, basing it on the pragmatic level. This will require to refuse two general commonly accepted assumptions: that the meaningfulness of linguistic expressions is based on prior conceptualization of the world, and that the only source of semantic content is perception. The alternative will be to design thematic roles as primitives discursive functions, in which is reflected not a early conceptualization of the world, but rather the structure of the situation of cooperative interaction of agents engaged in common activities.*

**Keywords:** *Predication. Phrase. Concepts. Perception. Action.*

---

## **Introdução**

O conceito de predicação em linguística, em geral, está associado à análise do papel sintático e semântico dos verbos e adjetivos. O modelo comum às várias teorias é o do esquema função-argumento, reinterpretado em termos de predicado e argumentos numa matriz de papéis temáticos explanados sobre relações internas da estrutura de um evento. Nesse modelo, a expressão que encabeça o predicado é identificada como central, por determinar a função semântica e o papel temático das demais expressões na estrutura frasal. De modo similar à prioridade do conceito sobre o objeto, as expressões predicativas seriam primárias na composição do conteúdo frasal. A dificuldade principal tem sido a fixação de uma teoria capaz de lidar com todos os fatos disponíveis e a existência de dados contrários ao previsto pelas principais teorias gramaticais propostas para explicitar a contribuição dos verbos e outras expressões predicativas.

Meu objetivo aqui é apresentar e discutir algumas propostas de explanação da estrutura predicativa por meio da explicitação da estrutura de papéis temáticos, a partir de conceitos semânticos primitivos (CANÇADO, GODOY, AMARAL, 2013; DOWTY, 1989, 1991; JACKENDOFF, 1972, 2007; LANGACKER, 1994, 2000), enquanto essa estratégia pretende explanar a noção de predicação recorrendo ao esquema função-argumento e a conceitos primitivos que explicariam os papéis temáticos e as próprias funções semânticas, de tal modo que a relação semântica primitiva seria já conceitual. O problema principal é que, primeiro, essas teorias são apriorísticas, no sentido de suporem que uma forma lógica comanda a significação linguística. Essa forma lógica, todavia, é derivada das teorias formais de fundo hoje admitidas, e não um fato empírico. Com efeito, embora o conceito de estrutura predicativa seja controverso, nas lógicas e ontologias empregam-se comumente duas teorias formais de fundo — a Lógica de Primeira Ordem e a Teoria de Conjuntos, em geral usadas como a base a partir da qual se decidem os conflitos teóricos —, que utilizam uma estrutura predicativa formal pela qual são diferenciados os papéis de introdução de indivíduos e os de introdução de cláusulas gerais. Essa estrutura formal é incorporada nas teorias linguísticas como algo óbvio e *a priori*, pois as diversas metódicas reconhecem, em alguma medida, a estrutura predicativa como fundamental. Enquanto usada explicitamente como instrumento analítico, essa estrutura formal é perfeitamente justificável, mas não quando assumida como tese sobre as linguagens concretas e sobre o conteúdo semântico de atos linguísticos. Além disso, em geral essas teorias pressupõem uma semântica (e ontologia) cuja categoria principal é a de eventos (JACKENDOFF, 1990; LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005; PARSONS, 1990), e os conceitos primitivos são eles mesmos predicados que respondem por propriedades de eventos. Esses predicados de eventos, por sua vez, são adquiridos de modo perceptivo-descritivo.

A sugestão será retomar a teoria dos papéis temáticos para justificar a estrutura predicativa, e assim recuperar a noção de conteúdo semântico estruturado, todavia, fundamentando-a no plano pragmático.

Para isso, será necessário recusar duas suposições gerais comumente aceitas: que a significatividade das expressões linguísticas baseie-se na conceitualização prévia do mundo, e que a única fonte de conteúdo semântico seja a percepção. A ideia alternativa sugerida será conceber os papéis temáticos como funções discursivas primitivas, nas quais se reflete não uma conceitualização (mental) primitiva do mundo, mas antes a estrutura da situação de interação cooperativa de agentes engajados em atividades comuns. Todavia, para isso será necessário recusar a suposição comumente aceita de que os conceitos primários são sempre já da ordem do sentir e que nossa relação com o mundo seja prioritariamente de percepção de eventos e objetos, e apenas secundariamente com atividades e ações interativas e cooperativas.

### **A distinção entre designação e predicação**

Nas teorias linguísticas contemporâneas, a posição da teoria da predicação é instável. Se, por um lado, a estrutura predicativa faz parte do cerne de diferentes teorias gramaticais, em geral tratada como tendo fundamento na própria matriz da linguagem (HASPELMATH, 2010; MARANTZ, 1984; NAPOLI, 1989; WIERZBICKA, 1992), por outro lado, a própria postulação da universalidade da estruturação em termos do nexos predicativo é questionada (Cf. KASPER, 2011) e, ademais, há divergências sobre a própria localização teórica, sintática ou semântica; por fim, a estrutura predicativa é explanada em termos de papéis temáticos, mas esse conceito é também questionado (DOWTY, 1991; JACKENDOFF, 1990; LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005). As divergências sugerem que a própria base conceitual do debate não está clara. Por isso, faz-se 0 usados para explicar a estrutura gramatical sentencial.

A atual teoria sintática da predicação tem no texto de Ed. Williams, "Predication", de 1980, uma exposição inovadora: a estrutura predicativa como uma relação estrutural na qual estão combinadas a forma função-argumento e a teoria dos papéis temáticos enquanto explicitação da *Theta-theory* (WILLIAMS, 1980, p. 203, 205). Isso significa

que “[t]he relation between the VP and the subject, [...] is simply another case of theta role assignment” (WILLIAMS, 1994, p. 37). A noção forte de predicação inclui então a noção de função-argumento e a noção de atribuição de papel temático: “I will reserve the terms argument of, predicate, and predicated of for the junctures that are based on theta roles” (WILLIAMS, 1994, p. 8). Na verdade, “Theta theory is the linguist’s development of the intuitive logical notion ‘argument of’ the relation of John and Mary to loves in John loves Mary” (WILLIAMS, 1994, p. 25).

No livro *Predication Theory*, de 1989, D. J. Napoli, retoma a proposta de Williams e fornece uma interpretação semântica, pela qual (i) predicados são estruturas semânticas que não tem nenhuma característica sintática particular. A predicação é uma relação semântica e predicados são entidades semânticas, não havendo uma correlação um-a-um entre entidades semânticas e entidades sintáticas. Logo, uma definição útil de predicado e uma teoria da predicação válidas teoricamente e adequadas empiricamente têm de ser construídas em termos semânticos (NAPOLI, 1989, p. 78, p. 15); e (ii) a relação do predicado com seus argumentos é distinta, embora altamente coincidente com a atribuição de papéis temáticas por um item lexical: “Um predicado atribui funções semânticas para seus argumentos; um item lexical atribui papéis temáticos para seus argumentos” (NAPOLI, 1989, p. 6, p. 30); e (iii) em todas as instâncias de predicação, um predicado tem de encontrar ao menos um argumento (p. 25); também para os predicados secundários (p. 109). De um ponto de vista linguístico, os predicados são itens semânticos que não possuem nenhuma característica sintática particular, e também não são identificáveis com unidades lexicais<sup>1</sup>. As expressões que podem entrar como componentes de uma sentença, por conseguinte, não são marcadas como predicados ou como sujeito. O que será tomado como predicado não está determinado lexicalmente: o que conta para a realização de uma asserção proposicional é apenas

---

<sup>1</sup> Cf. NAPOLI, 1989, p. 6, 13, 15. O mesmo ponto é defendido por P. T. Geach, em “Strawson on subject and predicate” (p. 175-176) e Lenci, em “The structure of predication” (p. 249-251).

que haja uma condição ou cláusula e um argumento<sup>2</sup>. Essa condição tem duas características básicas: a indiferença em relação ao número de objetos que a preenchem, e a independência em relação a objetos específicos. Justamente, são essas características que diferenciam a função predicativa da função de designação, pois a designação estabelece uma condição singularizante, não sendo indiferente ao número de objetos aos quais remete, e não sendo independente do objeto designado.

Importa sobretudo não confundir o *valor semântico* (conceito, propriedade, objeto, aspecto, classe etc.) que uma determinada teoria atribui às partes predicativas das sentenças com o que essa teoria gramaticalmente marca como a parte predicativa de determinada sentença. A expressão “existe”, p. ex., é gramaticalmente um predicável, mas muitos não consideram o que ela expressa como sendo uma propriedade; outros a consideram uma propriedade de propriedades etc. Em termos semânticos, predicar consiste em estabelecer uma condição especificável reiterável que pode ou não ser preenchida por um ou mais objetos: predicados unários, binários etc. Os predicados seriam termos com a função semântica de selecionar, que “classificam e diferenciam objetos”, portanto, funções que exigem algo como argumento.

Na proposta de M. C. Baker, *Lexical categories*, 2004, essa teoria é ainda mais refinada, aproximando-se das teorias lógicas propostas desde Frege e Tarski, ao se caracterizar o verbo como essencialmente predicativo no sentido de que necessita de complementação, ou seja, de uma complementação especificadora, a qual, porém, realiza-se na forma de atribuição de papéis temáticos. Os argumentos especificadores são eles mesmos categorizados em função do papel exercido. Desse modo, Baker (2004) distingue três categorias lexicais básicas: nomes, verbos e adjetivos:

---

<sup>2</sup> NAPOLI, 1989: “A predicate must be an open function which assigns a theta role to (or saturates) some role player” (p. 23); “All instances of predication a predicate must find at least one role player” (p. 25); “all predicates take role players and assign properties to those role players” (p. 27). Diferentes tipos de expressões podem exercer a função predicativa: adjetivos, verbos e nomes, e preposições, todos podem servir como núcleos de predicados (p. 6, 30). QUINE, [1960] 1997, p. 98: “The general term is what is predicated, or occupies what grammarians call predicative position; and it can as well have the form of an adjective or verb as that of a substantive”.

What is the essential property that makes verbs behave differently from nouns and adjectives in morphology and syntax? This question is perhaps the easiest place to begin, because there is an obvious starting-point in the widespread recognition that verbs are the quintessential predicates. They are inherently unsaturated expressions that hold of something else, and thus the nucleus around which sentences are typically built. [...] X is a verb if and only if X is a lexical category and X has a specifier (p. 23). [...]

Agent and theme roles can only be assigned to specifier positions (p. 26).  
Semantic version: nouns and only nouns have criteria of identity, whereby they can serve as standards of sameness.

Syntactic version: X is a noun if and only if X is a lexical category and X bears a referential index, expressed as an ordered pair of integers (p. 95).

Baker ainda argumenta que há uma diferença entre nomes comuns e verbos em posição predicativa. Os nomes, em termos semânticos, codificam critérios de identidade e introduzem o padrão da mesmidade; em termos sintáticos, “*X is a noun if and only if X is a lexical category and X bears a referential index*”. Dessa perspectiva, os nomes são caracterizados sintática e semanticamente como indicadores de indexação referencial, em termos lógicos como indicadores de identidade. Diferentemente dos nomes, adjetivos e verbos não introduzem critérios de identidade; mais especificamente, eles não suportam a conta por um e, assim, não podem ser portadores de morfologia singular, dual ou plural (BAKER, 2004, p. 107). A razão seria:

The difference, I claimed, was that only verbs take a specifier, a syntactic position that is normally assigned a theme or agent theta-role. This is a sharpened version of the widespread intuition that verbs are the prototypical predicates of natural language [...] The answer was that nouns alone have criteria of identity, which allows them to bear referential indices. This is a sharpened and generalized version of the common intuition that nouns are uniquely suited to the task of referring. Now it is time to look more closely at adjectives, not as a foil for the other categories, but in their own right. What distinctive property do adjectives have that underlies their various morphological and syntactic characteristics? The strongest and

most interesting answer to this question would be to say that there is nothing special about adjectives. They are already distinguished from verbs by not licensing a specifier, and from nouns by not having a referential index (BAKER, 2004, p. 190).

Desse modo, verbos e adjetivos seriam desprovidos de remissões referenciais, e por isso exigiriam um especificador. Os verbos se distinguiriam por encabeçar uma frase contendo um complemento e um especificador. Os verbos podem ser o predicado de um sujeito sem a mediação de um elemento funcional, enquanto que os nomes não, e isso estaria ligado justamente à diferença na atribuição de papéis temáticos. Por isso, segundo Baker, os nomes exigiriam elemento mediador extra, que ele denomina *Pred*, responsável por atribuir papel temático ao sujeito, como é o caso da cópula em certas línguas.

Em suma, o traço comum dessas caracterizações da estrutura predicativa é a posição do esquema função-argumento e o uso da teoria dos papéis temáticos. Propriamente falando, o que caracteriza a posição estrutural dos predicados é a atribuição de papéis temáticos para seus especificadores ou argumentos<sup>3</sup>. Todavia, a posição teórica da teoria dos papéis temáticos é altamente controversa (CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013; DOWTY, 1991; JACKENDOFF, 1987, 1990). Em termos de capacidade analítica, as teorias dos papéis temáticos são claramente insuficientes (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005), sobretudo no ponto que nos interessa aqui, a saber, se os papéis temáticos são anteriores ou posteriores à estrutura predicativa, e se a matriz de papéis temáticos é dependente de conceitos semânticos primitivos.

<sup>3</sup> “La formalisation des phrases en termes de fonctions ou prédicats, et de variables ou arguments, est une activité courante en linguistique. Cependant, le formalisme n’apparaît pas toujours clairement. Il peut en effet être caché par une terminologie éloignée des dénominations courantes, ou par un symbolisme idiosyncratique qui demande de laborieuses démonstrations d’équivalence. Ces descriptions reposent toutes sur l’hypothèse que le verbe est une fonction, et que les termes qui en dépendent sont des variables” (GROSS, 1981, p. 11).



## Papéis temáticos e primitivos semânticos

A posição básica consiste em utilizar a estrutura função-argumento e teoria de papéis temáticos como elos de ligação entre as estruturas sintáticas e a estruturação semântica. Os conceitos primitivos são os semânticos, fundados nas capacidades sensório-motoras, entendidas como mentais-cognitivas. O mais expressivo representante dessa posição é Jackendoff (1987, 1990), autor de “The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory”. Ele assume uma posição pela qual os próprios papéis temáticos são explicados como derivados em relação a conceitos mais primitivos da teoria, os quais são já semânticos:

My claim, therefore, is that the terms Theme, Agent, and so on, are not primitives of semantic theory. Rather, they are relational notions defined structurally over conceptual structure, with a status precisely comparable to that of the notions Subject and Object in many syntactic theories (JACKENDOFF, 1987, p. 378-379).

Essa tese é exemplificada no esquema da Figura 1, no qual os diferentes papéis temáticos são caracterizados por meio de conceitos semânticos, os quais, *note-se bem*, são por sua vez estruturados em termos de argumento e função.

Note-se sobretudo o uso do esquema função-argumento como chave para a explicação da estruturação semântica. Todavia, o mais surpreendente nessa proposta é o uso explícito de uma categorização muito similar às tábuas de categorias ontológicas usadas na tradição filosófica. Nessa posição, embora associada à função semântica dos verbos, a categorização em termos de função e argumento é anterior à articulação em termos de papéis temáticos:

thematic relations are not like case-markers, that is, a system of diacritics. Rather, they are a system of structural relations. The constraints on their number and type follow from whatever constraints exist on the range of conceptual functions necessary to express the meanings of verbs (JACKENDOFF, 1987, p. 380).

Following the S&C theory, the innate formation rules for conceptual structure include, among other things, a vocabulary of primitive conceptual categories or "semantic parts of speech." These categories include such entities as Thing (or Object), Event, State, Action, Place, Path, Property, and Amount. Here are some of the formation rules for expanding such basic categories into more complex expressions:

- (10) a. PLACE → [Place PLACE-FUNCTION (THING)]
- b. PATH →  $\left[ \begin{array}{c} \left\{ \begin{array}{l} \text{TO} \\ \text{FROM} \\ \text{TOWARD} \\ \text{AWAY-FROM} \\ \text{VIA} \end{array} \right\} \left( \left\{ \begin{array}{l} \text{THING} \\ \text{PLACE} \end{array} \right\} \right) \end{array} \right]$
- c. EVENT →  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Event GO (THING, PATH)} \\ \text{Event STAY (THING, PLACE)} \end{array} \right\}$
- d. STATE →  $\left\{ \begin{array}{l} \text{State BE (THING, PLACE)} \\ \text{State ORIENT (THING, PATH)} \end{array} \right\}$

(10a) says that a conceptual constituent of the basic category Place can be expanded into a Place-function plus an argument of the function that is of the category Thing. The argument serves as a spatial reference point, in terms of which the Place-function defines a region. For example, in the expression *under the table*, *the table* designates a reference object, and *under* expresses a Place-function that maps the table into the region beneath it. (10b) similarly expands a Path, or trajectory, into one of five functions that map a reference Thing or Place into a related trajectory. An example of a Path with a reference Thing is *to the house*; a Path with a reference Place is *from under the table*, where the trajectory begins at the Place "under the table."

**Figura 1** - Estrutura conceitual inata

Fonte: JACKENDOFF, 1990, p. 43.

A categorização semântica em termos de Entidade, Propriedade, Caminho etc. é anterior à categorização em termos de Agente Paciente etc. (ou, ao menos, independente dela), estando fundada na concepção perceptiva primária mental. Além disso, afirma-se um princípio de correspondência entre a estrutura sintática e a estrutura conceitual: "The fundamental principle of correspondence between syntax and conceptual structure was stated in section 1.6.1: Every content-bearing major phrasal constituent of a sentence (S, NP, AP, PP, etc.) corresponds to a conceptual constituent of some major conceptual category" (JACKENDOFF, 1990, p. 44).

Como exemplo de uma estrutura sintática, sugere-se algo como:

[S[NP John] [VP ran [PP into [NP the room]]]]

Ela teria como correlato semântico algo assim:

[Event GO ([Thing JOHN], [Path TO ([Place IN ([Thing ROOM])]])])]

Desse modo, uma frase como “John ran into the room” expressaria basicamente um evento. O verbo *run* na posição principal comandaria a estrutura inteira ao codificar o conceito primitivo [*Go*] no sentido de movimento. As demais expressões da frase seriam agenciadas para preencherem a estrutura argumental exigida: o nome *John* como agente, a preposição *into* como direção, a qual, por sua vez, exige um locativo, codificado pela palavra *room*. Esses esquemas ilustram a tese básica da preeminência do verbo (predicador) como atribuidor de papéis temáticos:

Run, which expresses a GO-function, requires two arguments: the Thing in motion and the Path that specifies the trajectory of motion. The first is indexed i, which we will take by convention to indicate subject position or “external argument” in the sense of Williams (1984). The second argument is filled in with the reading of the postverbal PP, with which it is coindexed in the subcategorization feature. If no PP is syntactically present, the Path is simply unspecified: John ran means in part “John traversed some (unspecified) trajectory.” In other words, the well-formedness conditions on conceptual structure require the Path argument to be present in conceptual structure even if it is not expressed syntactically; it is an “implicit argument” (JACKENDOFF, 1990, p. 45).

Jackendoff, contudo, não considera a estrutura de papéis temáticos como uma estrutura sintática primitiva e muito menos como uma estruturação de ordem extraconceitual. A função semântica do verbo é codificar um evento, e isso é feito pela codificação de um conceito primitivo; os papéis temáticos são configurações particulares na estruturação conceitual primitiva dada pelo tipo de evento:

The fundamental point, from which all else proceeds, is that thematic roles are part of the level of conceptual structure, not part of syntax. [...] In other words, thematic roles are nothing but particular structural configurations in conceptual structure; the names for them are just convenient memonics for particularly prominent configurations. My claim, therefore, is that the terms Theme, Agent, and so on, are not primitives of semantic theory. Rather, they are relational notions defined

structurally over conceptual structure, with a status precisely comparable to that of the notions Subject and Object in many syntactic theories (e.g. Standard Theory, Extended Standard Theory, GB Theory, but not Lexical-Functional Grammar (LFG) and Relational Grammar). In particular, they are not marked as annotations to D-Structure (GB Theory) or to predicate argument structure [...] (JACKENDOFF, 1990, p. 46-47).

O quadro conceitual primitivo, contudo, não é apenas um instrumento formal descritivo, mas é dito pertencer a uma base universal subjacente inclusive à diversidade linguística. Jackendoff, com efeito, defende uma posição universalista em relação aos universais semânticos:

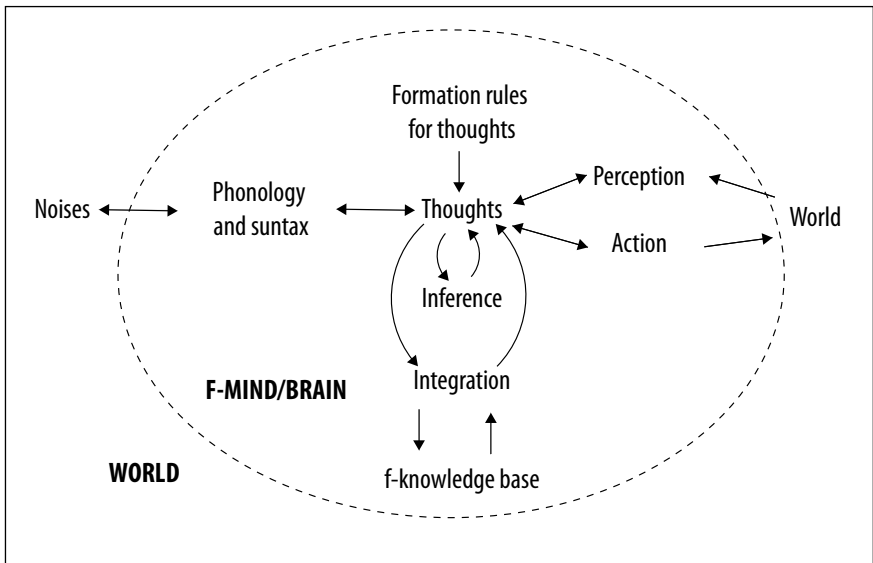
Returning to language, notice that we can ask bilingual speakers, “Do you think in English, or in French?” And they can give us an answer. However, meaning — semantic/conceptual structure — does not come “in English or in French”: it’s universal. Making inferences on the basis of a thought doesn’t depend on the language the thought is expressed in. What it means to translate from English to French is to take the semantic/conceptual structure of an English sentence and clothe it in the syntax and phonology of French (including French vocabulary). So “thinking in French” is just attaching French syntax and phonology to a thought that could have been expressed in any language — and then experiencing this thought via the associated phonological qualia (JACKENDOFF, 2007, p. 83).

Subjaz à atividade linguística e seus produtos divergentes a atividade conceitual universal. Jackendoff propõe, com efeito, a tese da precedência da semântica sobre a sintaxe, na forma de uma teoria genética, pela qual as estruturas sintáticas seriam derivadas, no sentido de serem expressões de estruturas conceituais mais básicas:

The syntactic category system and the conceptual category system match up fairly well. In a way, the relation between the two systems serves as a partial explication of the categorial and functional properties of syntax: syntax presumably evolved as a means to express conceptual structure, so it is natural to expect that some of the structural properties of concepts would be mirrored in the organization of syntax (JACKENDOFF, 1990, p. 27).

No esquema geral de Jackendoff, a estrutura conceitual primitiva, explicitada com as categorias básicas, emerge das interações sensório-motoras, como ilustra o diagrama da Figura 2.

Todavia, nesse esquema claramente está marcado o privilégio das categorias sensoriais-perceptivas, indicado pela seta unidirecional do mundo para a percepção, e o papel secundário da ação, indicado pela seta unidirecional da ação para o mundo. O internalismo ao mental (psicológico), cuja base seria o sentir, faz com que a única forma de doação de conteúdos seja a percepção, e esta seria a matriz dos conceitos semânticos primitivos. A despeito de não haver nenhuma base para se postular um sistema perceptivo sem atividade, esse modelo é repetido por diferentes teóricos. Nesse modelo, o mundo se nos dá via conceitos originados da atividade perceptiva, conforme o esquema moderno sujeito-objeto.



**Figura 2** - Mente e mundo

Fonte: JACKENDOFF, 2007, p. 272.

Nessa proposta, os diferentes papéis temáticos correspondem a noções complexas e derivadas. O problema está em fixar um quadro de conceitos primitivos, pois não há uma forma consensual de fazer a ligação entre esses conceitos e os papéis temáticos. Além disso, a própria base de conceitos primitivos não é claramente explicitável. Na proposta original, Jackendoff (1972) sugeriu sete: *act/do, cause, become, go, be, stay* e *let*. Esses conceitos seriam suficientes para explicitar o significado de todos os verbos. Depois, em 1990, essa lista foi expandida e passou a incluir os primitivos *orient, extend, exchange, react, move, form* e *configure*, além de acrescentar o uso de diacríticos. Essa expansão da base de conceitos primitivos deveu-se ao fato de que muitos verbos com propriedades sintáticas e potenciais semânticos diferentes recebiam uma mesma análise quando decompostos nos termos primitivos. A crítica era clara: a teoria da decomposição de predicados tinha o mesmo problema que a teoria dos papéis temáticos que ela pretendia substituir e explicar (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005, p. 74).

Essa posição, claramente internalista e apriorista, tem sido ultimamente questionada a partir de uma concepção centrada na ação e nas relações de cooperação. O ponto da divergência refere-se à função primária da linguagem, expressar pensamentos (estados mentais, representações, conceitos), ou como meio e instrumento de interação — dito de outro modo: se a linguagem estaria fundada na percepção e no sentir ou na interação e no agir. O posicionamento quanto a isso incide sobre a localização teórica da teoria da predicação. Duas linhas divergentes coincidem nesse ponto, o da teoria da predicação: as teorias sintáticas baseadas na estrutura função-argumento, e as teorias cognitivas mentalistas. Ambas supõem que a fonte das estruturas gramaticais seja da ordem da representação interna, seja formal seja mental, e não da comunicação e da ação. Para meus propósitos, interessa nessa discussão a suposta oposição entre teoria da predicação e teoria da comunicação, pois a meu ver essas teorias não são excludentes. Elas o são apenas se a estrutura predicativa for necessariamente e somente explanável em termos *a priori* e sintático-formais. Todavia, antes de perseguir essa via, vou ainda expor a principal vertente da atual teoria da predicação em linguística.

## Decomposição de predicados

Uma alternativa mais promissora para a explanação da estrutura predicativa foi proposta por Dowty. Segundo essa compreensão, os papéis temáticos são concebidos como feixes de propriedades, as quais não são necessariamente primitivos mentais. O cerne da proposta está na sugestão de que os argumentos estão associados com as relações de pressuposição e implicação lexical impostas a eles por seus verbos. Os diversos papéis temáticos exercidos pelos argumentos de um verbo são na verdade feixes de propriedades inferenciais (DOWTY, 1989, p. 5).

A atribuição dos papéis temáticos é contextual, no sentido de que um mesmo verbo, como *quebrar*, atribui agência num contexto e não atribui noutro. Logo, não está codificado no próprio verbo se há ou não agência, mas isso se determina a partir da situação em que a frase é proferida e dos elementos envolvidos. O esquema primitivo é o de uma atividade na qual participam um agente e um paciente ou objeto. Foley e Van Valin Jr. (1984) haviam proposto que duas posições gerais e abrangentes para os argumentos de um verbo: ator e paciente. O papel de ator incluiria os papéis de *agente, causa, forças, instrumento e fonte*, os quais indicam a origem e os controladores de um processo ou atividade. O papel de paciente é mais indeterminado e dependente do tipo de atividade. Dowty (1991) propõe a divisão dos papéis temáticos em duas macrofunções básicas, prototípicas, ou “proto-roles”: *protoagente* e o *protopaciente*, ambos definidos e diferenciados em termos de acarretamentos lexicais.

Em última análise, restam apenas dois papéis temáticos básicos: agentes-pacientes; atores-suportes, e os verbos são compreendidos como significando basicamente ações e eventos. Os dois papéis temáticos prototípicos indicam isso: um verbo agencia dois argumentos, um protoagente e um protopaciente. Desse modo, a semântica geral dos verbos aponta para a primariedade de uma apreensão do mundo da perspectiva do agente. Todavia, o consenso atual é que os verbos e os papéis temáticos representam eventos, e que a mente apreende a estrutura dos eventos como um dado da percepção. Mas, poderíamos ver nessa estrutura uma reflexão de um agente em meio a um mundo

de agentes e de atividades: em vez de percepção de objetos e eventos, a apreensão prática de possibilidades de ações. A situação apreendida é uma situação para o agir: o verbo significa um aspecto do mundo enquanto um dado interativo e cooperativo, e não um evento ou objeto percebido. A diferença é entre: apreender uma situação da perspectiva da ação, e perceber uma situação da perspectiva do observador. O agente apreende uma situação, o senciante a percebe. Da percepção, porém, não se segue a ação a não ser para um agente.

Porém, a versão mais aceita atualmente vai noutra direção. A descrição do papel temático atribuído a uma expressão numa frase fornece uma lista de traços semânticos primitivos. Em outras palavras, o significado de um verbo é ele mesmo explanado em termos de conceitos primitivos:

Para a definição do Proto-Agente, contribuiriam propriedades como: envolvimento volicional em um evento ou estado; percepção ou sensação; causar um evento ou mudança de estado em outro participante, etc.; propriedades que contribuiriam para o Proto-Paciente: sofre mudança de estado, causalmente afetado por outro participante, estacionário em relação ao outro participante, etc. A maior ou menor presença de acarretamentos definíveis na relação entre o predicado e seu argumento determinaria os diferentes papéis temáticos. Isso sugere que os papéis temáticos não seriam noções discretas mas “cluster concepts” ou “fuzzy categories”, no sentido de Rosch (1973, 1978) e Lakoff (1977), nomeando os feixes de acarretamentos prototípicos (FRANCHI; CANÇADO, 2003, p. 105).

Nesse sentido, a estrutura frasal, e a significatividade linguística, é na sua base predicativa e conceitual:

O domínio pelo falante/intérprete desse processo complexo faz parte integrante de sua “competência semântica”. Neste plano da análise, para uma teoria gramatical, a competência linguística é vista como mais do que simplesmente construir uma sentença (plenamente) interpretável e como mais do que saber em que condições uma sentença é verdadeira: a capacidade (faculdade) que lhe permite construir estruturas sintáticas deve corresponder passo-por-passo uma estrutura de sentido, como



função (intensional) que associa coordenadas contextuais e cotextuais (para utilizar a distinção de Bar-Hillel) a denotações e desta, pragmaticamente, a referências (p. 67).

[...]

Há, pois, condicionantes do processo interpretativo e mesmo da possibilidade de instanciação de certas estruturas sintáticas determinadas não somente pelas propriedades semânticas e formais dos itens lexicais, mas pelo produto da combinação deles em objetos sintáticos complexos. Todos os contextos estudados evidenciam que, além da combinatoria formal, a cada passo na derivação se constituem estruturas de sentido por uma relação semântica a que chamo Predicação (p. 66).

[...]

A construção do sentido deve ser, então, mais estruturada e “regrada” do que se supõe (p. 67).

[...]

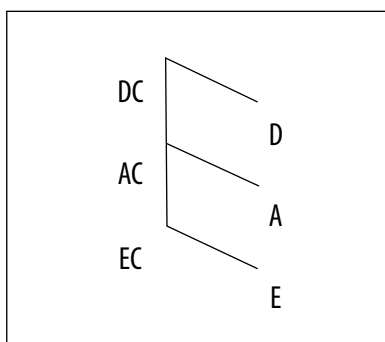
Ou seja, os “casos semânticos” ou “papéis temáticos” associados aos argumentos na Predicação expressam, justamente, as consequências semânticas da relação de Predicação que os argumentos contratam com Predicados de diferente tipo semântico. Em outros termos: se X Predica de Y, X e Y são associados a diferentes papéis temáticos por força da Predicação que entre eles se estabelece. Isto quer dizer: Agente, Paciente, Experienciador, etc. não são primitivos na teoria, mas etiquetas de noções funcionais semânticas, determinadas relacionalmente (FRANCHI, 2003, p. 69).

Desse modo, a estrutura predicativa, e sobretudo a função semântica dos verbos como predicados paradigmáticos, é ela mesma explicada em termos de predicados primitivos, conforme a caracterização proposta por Levin e Rappaport-Hovav (2005, p. 69): “A decomposição de predicados é a representação do significado formulada em termos de predicados primitivos escolhidos para representar os componentes do significado que são recorrentes entre os grupos de verbos”. Na versão proposta por Cançado, os traços semânticos que fundam a estrutura de sentido da predicação e fixam os diferentes papéis temáticos para os argumentos de um verbo — desse modo, estabelecendo as regras de projeção da semântica na sintaxe — foram simplificados e reduzidos a quatro: “ser um desencadeador de um processo, ser afetado por esse processo, ser ou estar em um determinado estado e ter controle sobre

o desencadeamento, o processo ou o estado” (CANÇADO, 2005, p. 31). Esses quatro traços seriam as quatro propriedades semânticas pelas quais descrever-se-á o sentido formal de um verbo. A proposta sugere que os papéis temáticos, e, por conseguinte, a estrutura conceitual ou semântica de um verbo, é especificável em termos de uma cláusula complexa que imporia restrições para os seus possíveis argumentos ao combinar os conceitos de desencadeador, afetado, estativo e controle. A partir da combinação dessas propriedades são definidos várias categorias ou tipos de papéis que se ordenam numa hierarquia bem comportada:

o argumento de uma proposição que tem como parte de seu papel temático a propriedade mais proeminente do diagrama é localizado na posição de argumento externo na estrutura sintática; o argumento de uma proposição que tem como parte de seu papel temático a segunda propriedade mais proeminente do diagrama é localizado na posição de argumento interno da estrutura sintática. O diagrama em (47), nomeado de Diagrama E, apresenta as seguintes propriedades:

DC, o desencadeador com controle; D, o desencadeador; AC, o afetado com controle; A, o afetado; EC, o estativo com controle; e E, o estativo. O Diagrama E [Figura 3] deve ser lido assim:  $DC > D > AC > A > EC > E$ . (CANÇADO, 2005, p. 42).



**Figura 3** - Diagrama E

Fonte: CANÇADO, 2005, p. 42.

Nessa hierarquia subjaz crípticamente a oposição clássica entre o conceito de primeira pessoa, o agente com controle sobre o que faz, o qual corresponde ao tradicional conceito de vontade racional, e o conceito de matéria inerte e passiva. Com efeito, ao explicitar as categorias de sua proposta Cançado retoma a ontologia clássica, indicando que as propriedades semânticas básicas indicam as proto-categorias ontológicas, pois elas mesmas são abstrações da estruturação da categoria básica de evento. A tese fundante é bem difundida e consensual: os verbos são lexicalizações de eventos:

Verbs lexicalize properties of happenings in the world; we use the term event for happenings whose properties are lexicalized by verbs. Verbs, then, are predicates of events (Parsons 1990) and phrases containing verbs can be considered “event descriptions”. Since a particular happening in the world has many properties associated with it, different verbs, which lexicalize different subsets of these properties, may be applicable to the very same happening. The result is that certain happenings can be construed as events by languages in more than one way. Verbs used to describe such a happening will not have precisely the same meaning if they lexicalize distinct, though largely overlapping, sets of properties. Such verbs will have distinct truth conditions, though this may not always be apparent, because in most instances these verbs can be used to describe the same happening (LEVIN, RAPPAPORT-HOVAV, 2005, p. 19).

Note-se que os verbos são concebidos como codificando “predicados de eventos” e, em última instância, são lexicalizações de determinados “conjuntos de propriedades” de eventos, e sua contribuição para as frases constituem “descrições”. Os verbos, assim, dependem de descrições e predicções prévias e primitivas.

Todavia, uma outra interpretação é sugerida justamente pela exposição de Cançado, qual seja, uma que toma essas seis categorias como posições numa cena de interação cooperativa. A própria caracterização das quatro categorias básicas indica isso (2005, p. 31-38).

Controle: a minha proposta é que não só os agentes são associados ao controle, como também alguns pacientes e, até mesmo, experienciadores e estativos. O controle aqui será definido como a capacidade de se

interromper uma ação, um processo ou um estado; consequentemente, podemos associar o controle à propriedade de ser animado.

Desencadeador: Quando uma proposição acarreta para um determinado argumento ter papel no desencadeamento do processo, este será um acarretamento que compõe o seu papel temático, e a esse argumento é associada a propriedade de desencadeador

Afetividade: Toda vez que uma proposição acarretar para um determinado argumento mudança de um estado A para um estado B, sendo este um acarretamento que compõe o papel temático desse argumento, esse argumento é associado à propriedade de afetado.

Estatividade: Quando uma proposição acarreta a um de seus argumentos que suas propriedades não se alteram durante um intervalo  $t$ , ou seja,  $et_1 = et_2 = et_3 = \dots = et_f$ , associamos esse argumento à propriedade de ser um estativo.

Se o conceito-base para a teoria da linguagem for o de ação e não o de percepção, esses quatro conceitos deveriam ser explicitados em termos de posições no plano de atividades e ações. E, com efeito, as seis posições do esquema proposto por Cançado ilustram justamente seis possíveis posições que uma entidade pode ocupar na estrutura de uma ação, como ilustram as descrições propostas. As seis metacategorias (DC, o desencadeador com controle; D, o desencadeador; AC, o afetado com controle; A, o afetado; EC, o estativo com controle; e E, o estativo) resolvem-se, na própria caracterização, como posições na estrutura de uma atividade. Essas posições não são convertíveis diretamente em perceptos ou conceitos, mas antes se apresentam nas próprias posições gramaticais ou figuras de primeira, segunda pessoa e neutro. A base conceitual que explana essas figuras é aquela proveniente do atuar-agir e as posições que um ator pode ocupar. Desse modo, a lista básica de papéis temáticos proposta por Fillmore (1971, p. 376):

- a. Agent (A), the instigator of the event;
- b. Counter-Agent (C), the force or resistance against which the action is carried out;
- c. Object (O), the entity that moves or changes or whose position or existence is in consideration;

- d. Result (R), the entity that comes into existence as a result of the action;
- e. Instrument (I), the stimulus or immediate physical cause of an event;
- f. Source (S), the place from which something moves;
- g. Goal (G), the place to which something moves;
- h. Experiencer (E), the entity which receives or accepts or experiences or undergoes the effect of an action.

pode ser reinterpretada em termos pragmáticos. Os diferentes papéis representam posições abstraídas sobre as relações apreensíveis na ação-atividade.

## A estrutura função-argumento

A suspeita de que estruturas predicativas, seja do tipo função-argumento, seja do tipo *theta-role*, sejam inapropriadas para explanação da semântica das linguagens naturais (KASPER, 2011, p. 116; KINDT, 1980) precisa ainda ser melhor explicada. O problema, segundo Kasper, está na suposição da dependência dos argumentos em relação ao predicado (verbo), respectivamente a dependência na determinação dos argumentos em relação à função, e a dependência da determinação dos papéis temáticos dos argumentos em relação ao verbo ou cabeça do predicado. Essa relação de dependência, similar à tese da primariedade da função sobre os argumentos em Frege, implicaria que os objetos seriam conceitualizados posteriormente aos fatos e eventos. Com base em dados empíricos (GOMES et al., 1997), que evidenciam que os objetos são conceitualizados antes que eventos e ações, Kasper (2011, p. 117) sugere como alternativa retomar a teoria de Gibson e inverter a ordem de prioridade e dependência. Na sugestão de Kasper (2011, p. 117, 118, 123) estão embutidos vários argumentos ancorados em dados empíricos: que verbos são dominados depois relativos aos nomes, que objetos antes que verbos, que a percepção antes que ação.

Porém, em sua própria argumentação Kasper acaba por ilustrar a tese de que a ação é primária, ao subscrever a teoria das *affordances*,

pois segundo essa teoria as representações do mundo baseiam-se em “affordances required for a repertoire of actions” (GRÈZES; DECETY, 2002, p. 212) e a percepção de um objeto “plausibly results in the potentiation of the actions that can be made toward it (or within it) and that this potentiation involves the actual activation of motor representations of those acts” (TUCKER; ELLIS, 1998, p. 830). Se isso é sustentável, então a ordem de explanação precisa ser invertida, tendo em vista a hipótese de que é a prática discursiva e a interação cooperativa dos falantes que se estruturam na forma de papéis temáticos. As categorias semânticas emergem da interação com o mundo e os falantes num contexto prático de cooperação de agentes sencientes. A forma lógica, em termos de função e argumento, e a categorização semântica são tanto um efeito emergente quanto uma abstração teórica derivada. Para isso, é preciso inverter a solução de Jackendoff, mas sobretudo recusar firmemente todo e qualquer elemento semântico inato e interno que comandaria a significação. O cerne da argumentação de Kasper (2011, p. 122):

The objects are the first things to be conceptualized, including all their features and object affordances. From this, the event is composed, i.e., the objects and their features and affordances restrict the kind of relation in which they may stand and specify that relation. The event is thus composed “around” the objects. The conceptually composed event becomes verbalized as a syntactic unit, namely a verb. This might also be the moment at which the dependency relation reverses: while in conceptualization the event is dependent on the objects, in syntax the verb is the unit on which the complements are dependent in the way familiar from most syntax theories. The verb determines the number and form of its complements.

Embora seja aceitável a crítica à postulação da categoria evento como primitiva, a consequência não é boa. A categoria de objetos pode até não ser derivada da categoria de eventos, mas nem por isso ela precisa ser primitiva. Isso suporia uma relação direta e descontextualizada de qualquer atividade, no sentido de uma percepção direta, como fonte de doação de objetos. No entanto, objetos e relações entre

objetos podem ser concebidos como estruturas emergentes em relação à experiência sensório-motora de um agente interagindo com outros numa situação.

O ponto principal é a questão da categorização e da estruturação do significado linguístico. A hipótese aqui defendida é que o conteúdo semântico enraíza-se nas atividades sensório-motoras, sendo as categorias e estruturas efeitos *a posteriori*, emergentes das práticas de interação cooperativa. É em função do acoplamento vital do organismo em seu meio, que articula o sensório e o motor, que os traços mentais e linguísticos, bem como os atos e percepções, ganham sentido e significado. Não há nada de inato no conteúdo, mas sim há na estrutura biológica. Os trabalhos de Carey (2009) sugerem que há conceitos pré-linguísticos, mas claramente são conceitos que a criança adquire e domina na medida em que interage com o ambiente e com os outros. O domínio das palavras, nomes, verbos e frases, vem depois.

### As fundações pragmáticas da estrutura semântica

A teoria da predicação, sobretudo a admissão da categoria lexical dos verbos enquanto indica uma função específica e distinta daquela dos nomes, adjetivos, preposições e advérbios etc., pode ser justificada a partir de um paradigma teórico não mentalista e não internalista. Com efeito, Williams Croft (2001), em *Radical Construction Grammar*, retomando a teoria de Hengeveld (1992), propõe uma revisão da justificação teórica dessas distinções, com base na teoria dos atos de fala. Hengeveld define quatro diferentes partes da fala — Verbo (V), Nome (N), Adjetivo (A), e Advérbio (Adv). As definições, à primeira vista, seguem o paradigma funcional tradicional:

- a. A verbal predicate is a predicate which, without further measures being taken, has a predicative use only.
- b. A nominal predicate is a predicate which, without further measures being taken, can be used as the head of a term [referring expression].

c. An adjectival predicate is a predicate which, without further measures being taken, can be used as a modifier of a nominal head.

d. An adverbial predicate is a predicate which, without further measures being taken, can be used as a modifier of a non-nominal head (HENGEVELD, 1992, p. 58).

Todavia, essas funções não são concebidas como sintáticas ou formais. De saída, elas são funções de um ato linguístico, e explicitam não a estruturação de um espaço conceitual mental, mas antes a estruturação do agir.

The predicate, modifier, and term (referring expression) roles in Hengeveld's definitions of the parts of speech are in fact PROPOSITIONAL ACT functions. Predication, reference, and modification are pragmatic (communicative) functions, or as Searle described them, PROPOSITIONAL ACTS [...]. The act of REFERENCE identifies a referent and establishes a cognitive file for that referent, thereby allowing for future referring expressions coreferential with the first referring expression. The act of PREDICATION ascribes something to the referent. Predication does not establish a cognitive file for the state of affairs that is predicated, but instead prototypically reports relatively transitory states of affairs, often in a narrative sequence. The act of MODIFICATION (of referents) functions to enrich a referent's identity by an additional feature of the referent, denoted by the modifier (CROFT, 2001, p. 66).

Desse modo, uma explicação da predicação encerra-se com a explicação dos atos realizados por meio do uso de certas estruturas gramaticais. Especificamente, um verbo prototipicamente indica ação ou atividade. Caso se admita que os verbos são os predicados prototípicos, haveria então uma ligação direta entre indicar uma ação e predicar. Se a característica básica de uma expressão predicativa é o agenciamento e atribuição de papéis temáticos, e estes forem concebidos como posições na estrutura de uma ação-atividade, então a relação entre indicar uma ação e predicar fica evidente.



## Considerações finais

O ponto principal sugerido aqui é o deslocamento da base da significatividade linguística de uma concepção mentalista e internalista em direção a uma concepção prático-externalista. Como vimos, as propostas consensuais sugerem que os papéis temáticos sejam explicados como derivados, enquanto noções relacionais definidas estruturalmente sobre uma estrutura conceitual cujo conteúdo é a descrição de um evento. Os papéis temáticos e, por conseguinte, a estrutura predicativa são explanados em termos de relações definidas sobre uma base conceitual mais primitiva cuja fonte é a atividade sensorial-perceptiva. Essas estratégias supõem os conceitos enquanto *explanans* da predicação<sup>4</sup>. Minha sugestão é que os papéis temáticos e a estrutura predicativa sejam definidos relacionalmente, não sobre conceitos, mas sim sobre práticas e ações, sob a suposição de que nossa relação com o mundo não seja estabelecida e definida sobre uma relação conceitual com o mundo, mas antes o contrário: os conceitos e estados mentais é que seriam constituídos e definidos estruturalmente sobre relações corporais sensório-motoras imediatas, mais especificamente sobre atos e atividades interativas de agentes sencientes em atividades interativas. Conceitos, regras, regularidades e inferências são posteriores em relação à experiência sensório-motora de um agente, pois antes de termos conceitos e palavras, já estamos engajados e emaranhados por meio de atividades sensório-motora com outros e com o mundo circundante. Por isso, se a teoria da linguagem parte da teoria da ação, e não da teoria da percepção, os conceitos de objetos e relações entre objetos, incluindo aí pessoas, com identidade e propriedades determinadas, emergem e se individualizam a partir de atos e atividades. Para que essa sugestão faça sentido, todavia, faz-se necessário abandonar, primeiro, o dogma empirista de que a única doação de conteúdo seja a sensibilidade, e segundo, a consequente tese de que conceitos, por mais

---

<sup>4</sup> As expressões predicativas codificariam conceitos; essa posição foi recusada pela teoria dos conceitos em filosofia da lógica, sobretudo por Frege e Tarski, para os quais os conceitos é que são explanados como derivados da predicação.

primitivos que sejam, formam-se por processos de abstrações generalizantes a partir de perceptos. Não se trata de negar a sensibilidade como fonte de conteúdos e conceitos; mas antes de não tomá-los como apenas abstrações sobre objetos e perceptos, e de admitir que também fazemos abstrações sobre ações e relações.

Enfim, a proposta é que a estrutura da predicação seja pensada a partir do conceito de ação-atividade e não a partir da categoria de evento. A diferença básica é que a categoria de evento é uma noção fundada no ponto de vista do observador, enquanto a de ação é fundada na do agente. Nessa direção, os verbos, como predicados paradigmáticos, codificariam ações e não eventos, e a matriz de papéis temáticos codificaria posições estruturais de uma ação e não de um evento.

## Referências

BAKER, M. C. *Lexical categories: verbs, nouns and adjectives*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2004.

CANÇADO, M. Posições argumentais e propriedades semânticas. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 21, n. 1, p. 23-56, 2005.

CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. Predicados primitivos, papéis temáticos e aspecto lexical. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 11, n. 20, p. 104-125, 2013.

CAREY, S. *The Origin of Concepts*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001.

DOWTY, D. On the semantic content of the notion of thematic role. In: CHIERCHIA, G.; PARTEE, B. H.; TURNER, R. (Ed.) *Properties, types and meaning*. Dordrecht; Boston: Kluwer Academic Publishers, 1989. p. 69-129.

- DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, v. 67, n. 3, p. 547-619, Sep. 1991.
- FILLMORE, C. J. Types of lexical information. In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITS, L. A. (Ed.). *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 370-392.
- FOLEY, W. A; VAN VALIN Jr., R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1984.
- FRANCHI, C. Predicação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, p. 17-81, 2003
- FRANCHI, C.; CANÇADO, M. Teoria generalizada dos papéis temáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, p. 83-123, 2003.
- GOMES, H. et al. Lexical processing of visually and auditorily presented nouns and verbs: evidence from reaction time and N400 priming data. *Cognitive Brain Research*, v. 6, n. 2, p. 121-134, 1997.
- GRÈZES, J., DECETY, J. Does visual perception of object afford action? Evidence from a neuroimaging study. *Neuropsychologia*, v. 40, n. 2, p. 212-222, 2002.
- GROSS, M. Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique. *Langages*, v.15, n. 63, p. 7-52, 1981.
- HASPELMATH, M. Comparative concepts and descriptive categories in cross-linguistic studies. *Language*, v. 86, n. 3, p. 663-687, 2010.
- HURFORD, J. The neural basis of predicate–argument structures. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 26, n. 3, p. 261-316, 2003.
- JACKENDOFF, R. *Language, consciousness, culture: essays on mental structure*. Cambridge: MIT Press, 2007.
- JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.
- JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, R. The Status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 3, p. 369-411, 1987.

KASPER, S. A re-evaluation of the role of predicate–argument structures in natural language explanation. *Language Sciences*, v. 33, n. 1, p. 107-125, 2011.

LANGACKER, R. W. *Grammar and Conceptualization*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.

LANGACKER, R. W. Structural syntax: the view from cognitive grammar. *Semiotique*, n. 6-7, p. 69-84, 1994.

LENCI, A. The structure of predication. *Synthese*, v. 114, n. 2, p. 233-276, 1998.

LEVIN, B; RAPPAPORT-HOVAV, M. *Argument realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MARANTZ, A. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge: MIT Press, 1984.

NAPOLI, D. J. *Predication theory: a case study for indexing theory*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1989.

PARSONS, T. *Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.

QUINE, W. V. O. *Word and object*. Cambridge: MIT Press, 1997. Primeira edição de 1960.

RAPPAPORT-HOVAV, M.; DORON, E.; SICHEL, I. (Ed.). *Lexical semantics, syntax, and event structure*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

TUCKER, M.; ELLIS, R. On the relations between seen objects and components of potential actions. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, v. 24, n. 3, p. 830-846, 1998.

VAN VALIM, R. D. *Exploring the syntax–semantics interface*. Cambridge; New York: MIT Press, 2005.

WIERZBICKA, A. *Semantics, culture, and cognition: universal human concepts in culture-specific configurations*. New York: Oxford University Press, 1992.

WILLIAMS, E. Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 11, n. 1, p. 203-238, 1980.

WILLIAMS, E. *Thematic structure in syntax*. Cambridge: MIT Press, 1994.

Recebido: 10/02/2014

*Received:* 02/10/2014

Aprovado: 07/08/2014

*Approved:* 08/07/2014